



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES TERCEIRA ACÇÃO INTERNACIONAL

O bem comum e os serviços públicos

O **bem comum** refere-se aos “bens” específicos que são partilhados e benéficos para todos (ou quase todos) os membros de uma comunidade, como os requisitos básicos para uma vida digna: comida, água, terra, habitação, conhecimento e **serviços públicos** (educação, saúde, energia, etc).

Serviços públicos como empresas privadas de lucro

Os serviços públicos – ou seja, os serviços que respondem aos direitos e necessidades básicas da população como ter casa, gás e electricidade, saneamento e tratamento de resíduos, educação e serviços de saúde, transportes públicos, telecomunicações, água potável – deveriam, por definição, ser de qualidade e estar ao alcance de todos/as, sem diferença de classe, casta, género ou capacidade económica. Contudo, têm vindo a ser transferidos da esfera pública (estatal) para a esfera privada, tendo como resultado que aqueles que não podem pagar pelos serviços se vejam impedidos de beneficiar dos mesmos. Além disso, os serviços públicos estão estruturados em torno de um modelo urbano que resulta num melhor acesso para aqueles que vivem em cidades e num acesso muito limitado para aqueles que vivem nas áreas rurais.

A privatização desses serviços públicos alcançou um pico nos anos 80 – a era de Ronald Reagan nos Estados Unidos, Margaret Thatcher no Reino Unido, ditaduras militares em vários países da América Latina, etc. – uma década na qual o livre comércio e as políticas neoliberais foram o centro e na qual se confiava na competência de mercado para regular a oferta e a procura e os preços “justos”. O que uma vez foi público foi vendido à melhor oferta e a responsabilidade do Estado de satisfazer os direitos e as necessidades básicas dos seus cidadãos viu-se radicalmente reduzida.

As consequências foram drásticas. O acesso aos serviços de educação e saúde, por exemplo, depende dos rendimentos das famílias em vários países de todo o mundo – tanto no norte como no sul – graças à imposição de políticas neoliberais ou de Programas de Ajustamento Estrutural. O acesso a energia também continua a ser muito desigual; cerca de 75% da população de África e 60% da população do Sul da Ásia não tem acesso a energia eléctrica, enquanto que as facturas de gás e electricidade domésticas tornam-se proibitivas na Europa – como resultado do preço fixado pelo mercado e por uma administração que privilegia o lucro sobre os direitos – o que aumentou consideravelmente o risco de que a energia para as famílias se torne impagável para grandes segmentos da sociedade. Em várias partes do mundo, os povos continuam a depender da lenha para cozinhar e para o aquecimento: no Brasil, por exemplo, cerca de 23 milhões de pessoas usam lenha para cozinhar, sendo a maioria destas pessoas do meio rural.

Os serviços de água já não se organizam segundo o critério baseado no “direito à água potável” ou na saúde da população, pelo contrário, são comercializadas por empresas transnacionais para quem a prioridade é o lucro.

A recente imposição de água engarrafada como um hábito dos consumidores, ou como a única forma de ter acesso a água potável e bebível, é um exemplo emblemático da invasão da lógica capitalista sobre os nossos direitos e necessidades básicas.



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES TERCEIRA ACÇÃO INTERNACIONAL

A privatização do meio ambiente

O meio ambiente é um bem comum; não é um recurso infinito para ser usado para proveito de empresas e Estados. Não obstante, o sistema capitalista baseia-se na exploração extrema da natureza e dos recursos naturais, reduzindo-os a meras mercadorias a serem compradas ou vendidas – através da privatização e controlo por pela força.

A terra privatiza-se quando os campos se tornam privados e são transformados em mercadoria. As camponesas e indígenas são expulsas e não têm mais acesso a áreas para semear. Além disso, as cercas impedem o acesso a terras de uso comum antes usadas como pasto para o gado ou para a colheita de frutos, sementes, lenha ou plantas medicinais.

A água privatiza-se quando os latifundiários vedam os reservatórios e impedem que as mulheres tenham acesso a eles, quando as fontes de água estão secas ou contaminadas pela agricultura intensiva ou monoculturas, ou quando se criam represas para produzir energia que pouco beneficia a população local. Os mares e mangais privatizam-se quando são tomados pela pesca industrial e pelo cultivo intensivo de camarões e mexilhões, deixando assim os pescadores artesanais e marisqueiras sem a sua fonte de rendimento, ou quando são drenados para expandir áreas industriais.

A biodiversidade privatiza-se através de leis de patentes impostas pelos acordos de livre comércio. A capacidade reprodutiva das sementes é reduzida e privatizada através de tecnologia transgénica.

A agricultura que sustenta este modelo de privatização e mercantilização da natureza está baseada no monocultivo em grandes extensões de terra, na compra de inputs (sementes, fertilizantes, venenos), e no uso de maquinaria pesada. Esse modo de produção tem um grande impacto na natureza, resultando na desertificação de áreas de monocultivos, como o do eucalipto, além de usar muito petróleo em todas as suas etapas, inclusive na produção de pesticidas, venenos, etc.

As recentes crises – alimentar, energética, financeira e ambiental – demonstram o fracasso dos modelos capitalistas de produção e distribuição agrícola, e mostram que aqueles que as sentem com mais intensidade são os mais vulneráveis – mulheres pobres, crianças e idosos. A maioria dos governos e das instituições multilaterais (Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, e Banco Mundial) apresentam respostas paliativas. Estas respostas dependem fortemente das soluções de mercado: alianças com empresas, aumento do comércio, e o fim das barreiras de importação. Noutras palavras, a implementação das mesmas medidas que causaram o problema. É urgente redefinir os padrões de produção e consumo de bens, alimentos e energia.

Existe no mundo uma enorme quantidade de situações que se relacionam com questões ambientais e que originam conflitos, como por exemplo: a guerra do lixo em Nápoles, conflitos em torno das minas de diamantes na República Democrática do Congo, a maneira criminosa como o governo dos Estados Unidos lidou com o furacão Katrina ou a apropriação das áreas devastadas pelo tsunami por parte de empresas hoteleiras. As mesmas revelam e explicam a lógica de mercado imposta às populações. Ao mesmo tempo, mostram que em muitas situações as populações pobres conseguem afirmar-se



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES TERCEIRA ACÇÃO INTERNACIONAL

como sujeitos e actores políticos, como foi o caso da luta contra a privatização da água em Cochabamba, na Bolívia, 2001.

Consumo de combustíveis fósseis e falsas soluções

O consumo mundial de energia é muito desigual. Os Estados Unidos utilizam 25% do petróleo extraído no mundo. O exército americano, por exemplo, gasta só por si tanto como a Suécia. Metade de toda a energia consumida no mundo é devorada por 15% da população. A produção e o uso de carros – incentivado pela indústria automóvel e petrolífera (controlada por quatro corporações transnacionais: Exxon Mobil, Chevron, Shell e BP) – são responsáveis pela maior parte da dita metade. Nos países ricos, há 580 veículos para cada 1000 habitantes; nos países pobres há dez.

Mesmo a cadeia de produção, distribuição e comercialização de alimentos está organizada à volta de grandes consumos de energia: a expulsão das pessoas do campo pelo agro-negócio aumenta a distância entre o alimento e o seu consumidor final. Muita energia é desperdiçada, especialmente pelas grandes cadeias de supermercados, primeiro para concentrar e manter grandes quantidades de alimentos e, em seguida, distribuí-los para as diversas regiões.

Os governos que não querem enfrentar o modelo de produção e consumo procuram soluções paliativas que podem gerar mais negócios. Uma delas consiste nos necrocombustíveis¹ – agrodiesel ou etanol – extraídos de plantas. A sua crescente utilização resultou na ocupação de vastas superfícies de terra destinadas ao monocultivo para alimentar os carros. Vários estudos demonstram que, se se mantêm os métodos de cultivo e processamento actuais, gasta-se mais energia fóssil (petróleo) para produzir o equivalente energético em necrocombustível. Os graves problemas que este sistema de produção provoca tornaram-se mais agudos com as alterações climáticas e o aumento dos preços dos alimentos.

A emissão e concentração dos gases de efeito estufa aumentaram de forma significativa devido à queima de petróleo, carvão mineral e gás natural. Também houve um incremento na destruição/queima de florestas e decomposição de plantas nos grandes lagos das centrais hidro-eléctricas. Isso provoca uma maior retenção de calor na terra e, por conseguinte, um aumento da temperatura da mesma. Este aumento causa desertificação em algumas zonas e aumento de chuvas e inundações noutras, além da subida do nível da água nos oceanos, que está a provocar a inundação de cidades e ilhas. Toda esta situação provoca a perda, por parte dos camponeses, de terra fértil, assim como migrações, destruição de infraestruturas como pontes e casas, e o aumento de mortes e do número de doenças (como doenças tropicais e as doenças que se transmitem pela água). Há quem diga que as alterações climáticas afectam cada pessoa da mesma forma devido à sua natureza global, mas – na realidade - os que mais sofrem são os mais pobres, os povos excluídos, na verdade, aqueles que menos contribuem para as alterações climáticas devido aos seus baixos níveis de consumo.

¹ O termo usado por governos e empresas é “biocombustíveis”, fazendo um vínculo entre o combustível e as plantas para a vida (bio = vida em latim), enquanto que aqueles que consideram que este combustível é uma falsa solução para as alterações climáticas chamam-lhe “necrocombustível”, ligado à produção de plantas para a morte (necro = morte em latim).



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES TERCEIRA ACÇÃO INTERNACIONAL

Soberania alimentar

Os efeitos negativos das alterações climáticas na agricultura, assim como a concentração do controlo da produção na mão de um pequeno número de empresas (o que resulta na destruição da agricultura familiar e de pequena escala) e a especulação financeira, deram como resultado o aumento drástico dos preços dos alimentos. A isto vem somar-se o aumento do preço do petróleo e a concorrência entre a produção de alimentos e a de necrocombustíveis.

Em 1996 estimava-se que havia no mundo 830 milhões de pessoas a passar fome. Nesse mesmo ano, durante a Cimeira Mundial sobre alimentação das Nações Unidas, os governos comprometeram-se a diminuir esse número para metade até 2015. As estimativas actuais sugerem que existem actualmente 1,2 mil milhões de pessoas a passar fome. Um dos factores que causam esta situação é a alteração/mudança do modelo de produção de alimentos. Até 1960, a maioria dos países eram auto-suficientes, hoje, 70% dos países do hemisfério sul são importadores de alimentos. Os preços dos principais cereais: trigo, milho, arroz e soja, duplicaram o seu preço médio em dólares no mercado internacional entre as colheitas de 2006 e 2008.

A Marcha Mundial de Mulheres organizou internacionalmente as suas reflexões e acções sobre Soberania Alimentar em torno a Nyéléni - Fórum Internacional – organizado em conjunto com a Vía Campesina, Amigos da Terra Internacional, entre outros. Participámos em Nyéléni como um movimento feminista e contribuimos para a expressão das mulheres como sujeito político. Para isso trabalhamos na construção de alianças entre mulheres de diferentes movimentos, organizações e sectores (camponesas, pescadoras, migrantes, etc.) e a afirmação das nossas análises e reclamações. Para as mulheres que participaram em Nyéléni, os temas mais fortes foram o acesso das mulheres à terra, água, sementes, ou seja, ao território; e a afirmação da sua contribuição e sabedoria na produção, preparação e distribuição de alimentos. Como indica a Declaração de Nyéléni, a segurança alimentar (o direito a alimentos suficientes e saudáveis, sem importar a forma como são produzidos) é um conceito muito diferente de soberania alimentar, tal como é definido por produtores e produtoras, consumidores e consumidoras dos alimentos: “ A soberania alimentar é o direito dos povos a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada, produzida ecologicamente e com métodos sustentáveis, e o seu direito a definir os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. As aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos estão no centro dos sistemas e políticas alimentares em vez das exigências dos mercados e das sociedades (Declaração de Nyéléni, Fevereiro 2007).

Mulheres e feminismo na luta contra a mercantilização do meio ambiente e a privatização dos serviços públicos

Conflitos relativos a questões ambientais ou à luta pelo acesso a serviços públicos de qualidade, mobilizam mulheres pela posição, socialmente construída, que temos na sociedade. Somos as principais responsáveis pela alimentação e educação das nossas famílias, pela provisão de água, pelo cuidado dos doentes, pela recolha de lenha e por garantir que haja energia em casa. O tempo das mulheres é considerado – pelos sistemas capitalista e patriarcal - como ilimitado e inesgotável. Os serviços estatais são privatizados e aqueles que não têm acesso ao mercado devido a limitações económicas dependem de serviços públicos de má qualidade o que aumenta exponencialmente a carga horária



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES TERCEIRA ACÇÃO INTERNACIONAL

das mulheres – tempo passado em filas para recolher alimentos ou água, tempo dedicado à educação dos filhos quando estes recebem uma muito má educação nas escolas, tempo de espera por atendimento médico para as crianças e idosos, etc. Queremos partilhar o trabalho com os homens e ao mesmo mudar as condições em que este é levado a cabo/desempenhado.

Existe no feminismo uma vertente radicalmente crítica ao modelo de desenvolvimento hegemónico/dominante. Propõem substituir o paradigma dominante de desenvolvimento (caracterizado pela integração no sistema capitalista e na sociedade de mercado) pelo paradigma da sustentabilidade da vida humana “entendida como relação dinâmica e harmoniosa entre humanidade e natureza e entre humanas e humanos”.

Na Marcha Mundial das Mulheres está presente esta vertente crítica que se expressa na interrogação da mercantilização da relação entre as pessoas, das pessoas com o seu corpo, e delas com a natureza. Nós, não só denunciámos o tráfico, o turismo sexual e a imposição de um padrão de beleza comprado pelas cirurgias plásticas, facetas mais evidentes do corpo das mulheres à venda, como interrogamos também a medicalização excessiva de processos naturais como a menstruação ou a menopausa que também são expressões da mercantilização da natureza. A nossa reflexão sobre a relação com a natureza expressa-se na nossa crítica à privatização de sementes - através de leis restritivas, ou a tecnologia transgénica – e ao mercado de carbono, que converte a contaminação do ar num factor de produção negociado no mercado financeiro.

O nosso desafio é unir lutas por bens comuns e serviços públicos das mulheres do campo e da cidade - soberania alimentar, acesso aos serviços públicos, protecção da natureza, contra a privatização da vida, etc – com o objectivo de fortalecer os laços entre mulheres e consciencializar sobre os problemas comuns e particulares em cada âmbito.

Confrontadas com a luta pelos bens comuns e o acesso aos serviços públicos, procuramos/questionamos/exigimos:

- A promoção de fontes alternativas de energia limpa (biomassa, solar, eólica...) e a rejeição da energia nuclear, assim como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito dos povos, inclusive dos originários;
- O acesso universal à água potável e ao saneamento básico, assim como aos serviços públicos de qualidade (saúde, educação, transportes públicos, etc), assegurados pelo Estado como garantia dos direitos e necessidades básicas;
- A reforma agrária e a promoção da agroecologia (agricultura orgânica, etc), em oposição à privatização do meio ambiente, e a abolição de todas as barreiras que impedem as empresas agrícolas de conservar sementes e de trocá-las entre si, países e continentes
- A penalização dos países industrializados e das empresas multinacionais responsáveis pela contaminação e destruição do nosso meio ambiente e pela alteração da cadeia alimentar, assim como a adopção de medidas imediatas para por fim a esta situação;



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES TERCEIRA ACÇÃO INTERNACIONAL

- Compensações pela dívida ecológica que os países industrializados têm, a maioria dos quais estão no Norte, perante os povos do Sul. Esta dívida resulta da progressiva apropriação e pilhagem dos recursos naturais e da apropriação abusiva de espaços comuns como a atmosfera ou os oceanos, que provocam um sem fim de danos sócio-ambientais locais;
- Apoio aos países onde as consequências das alterações climáticas e de uma agricultura intensiva e com químicos incrementou os efeitos dos desastres naturais.

E comprometemo-nos a:

- Afirmar os princípios e fortalecer a luta pela soberania alimentar;
- Aprofundar a nossa reflexão sobre o acesso e consumo de energia;
- Criar e fortalecer vínculos entre mulheres urbanas e rurais com experiências em compra directa, mercados e preparação e distribuição colectiva de alimentos. Partilhar conhecimentos e garantir que o ponto de vista urbano não predomine na análise e na prática. Lutar por uma mudança nos hábitos alimentares, passar de alimentos importados de baixa qualidade a alimentos saudáveis produzidos localmente. Denunciar a hegemonia do agro-negócio e das grandes cadeias de supermercados na distribuição dos alimentos.
- Identificar e denunciar nos nossos países as empresas multinacionais que causam dano e perda de soberania alimentar e energética;
- Denunciar as soluções de mercado para as mudanças climáticas, como os mecanismos de desenvolvimento limpo, implementação conjunta de esquemas de comércio de emissões (os três pilares principais do protocolo de Quioto);
- Considerar os povos do Norte como endividados pelo seu consumo e estilo de vida e lutar por alterações nos padrões de produção e consumo seja de bens, alimentos ou energia. Sensibilizar para a necessidade de reduzir a procura do Norte pelos recursos do Sul.